

# **ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE PORTO VELHO**

## **ANALYSIS OF THE QUALITY OF LIFE OF THE BENEFICIARIES OF “BOLSA FAMÍLIA” PROGRAM IN THE CITY OF PORTO VELHO**

Sharlene França Rocha  
sharlenerocha@hotmail.com  
Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Jaqueline Lima Soares  
jaquelineunir@gmail.com  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

José Guilherme Alcântara Reis  
guilherme.ro@uol.com.br  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Jonas Cardoso  
jonas@unir.br  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

**RESUMO:** O Programa Bolsa Família (PBF) surgiu com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população pertencente à parcela classificada como extremamente pobre. Através da transferência de renda às famílias beneficiadas, o PBF busca diminuir a taxa de pobreza e extrema pobreza, erradicando a miséria do país. Em contrapartida, os beneficiários necessitam cumprir algumas condicionalidades que no médio e longo prazo irão proporcionar às famílias uma melhora significativa na sua qualidade de vida, principalmente nos quesitos como aumento de nutrientes na alimentação e participação escolar. A pesquisa foi realizada através da aplicação do questionário socioeconômico a 385 beneficiários, tendo como objetivo analisar se as famílias que recebem o subsídio federal apresentaram melhoras na qualidade de vida após o início do programa. Como resultado, foi possível perceber que o Programa Bolsa Família vem surtindo efeito para a população extremamente pobre, melhorando a qualidade de vida e diminuindo o índice de pobreza das famílias pesquisadas desde a implantação do programa.

**Palavras-chave.** Programa Bolsa Família. Qualidade de Vida. Beneficiários. Erradicação da Pobreza.

**ABSTRACT:** The Bolsa Família Program (PBF) came up with the aim to improve the quality of life of the population that belong to the portion classified as extremely poor. By transferring income to the beneficiary families, the PBF seeks to decrease the rate of poverty and extremely poverty, eradicating poverty in the country. As counterpart, the beneficiaries need to fulfill certain conditionalities that in medium and long term will give families a significant improvement in their quality of life, especially in issues such as the increase of nutrients in nourishment and school participation. The survey was conducted by applying the socioeconomic questionnaire to 385 beneficiaries, and to analyze whether families who receive the federal subsidy showed improvements in quality of life after the program began. As a result, it was revealed that the Family Grant Program is having an effect for the extremely poor population, improving the quality of life and reducing the poverty rate of households surveyed since the implementation of the program.

**Keywords:** “Bolsa Família” Program. Quality of Life. Beneficiaries. Poverty .

## **1. INTRODUÇÃO**

A diminuição do índice de pobreza da população brasileira tem sido um dos objetivos do Governo Federal, neste sentido, o Programa Bolsa Família surgiu para auxiliar na

erradicação da pobreza do país, visando proporcionar maior qualidade de vida à população carente, que possui pouco ou nenhum acesso a bens de primeira necessidade.

O presente trabalho irá descrever inicialmente o local e a população que foi o *locus* da pesquisa e em seguida, o Programa Bolsa Família com suas especificações, objetivos e condicionalidades. Também irá descrever o conceito de qualidade de vida, tradicionalmente medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e o Índice de Gini, que mede as desigualdades na distribuição de renda. Em seguida será realizada uma análise comparativa pré e pós Programa Bolsa Família – PBF, mensurando o grau de melhora que as famílias obtiveram ao longo da implementação do programa.

O município de Porto Velho foi criado em 2 de outubro de 1914, passando a ser capital em 1943. Localiza-se na região Norte do país e possui uma população estimada em 428.527 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2010) sendo a maioria residente na área urbana. A distribuição dos habitantes porto-velhense é formada por 91,18% na área urbana, e 8,82% na área rural (IBGE, 2010).

A atividade econômica predominante no município é a do setor de Serviços, concentrando 83,8% das atividades, conforme dados do IBGE (2010). O Produto Interno Bruto - PIB de Porto Velho é de R\$ 5.218.343,00 enquanto o PIB per capita de R\$ 13.761,96 (IBGE 2010). Possui o maior percentual de população economicamente ativa da região norte (94,6%) e umas das menores taxas de desemprego do Brasil.

Possui um IDH de 0,766 de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2011). Também, de acordo com informações levantadas através dos técnicos responsáveis pelo cadastramento do Cadastro Único em Porto Velho (SEMAS, 2011), até dezembro de 2010, em Porto Velho, o total de famílias com o perfil para o programa era de 29.163 deste total sendo alcançadas pelo Bolsa Família 23.636 beneficiários.

Buscando analisar de que forma a transferência de renda tem afetado a qualidade de vida, renda e saúde das famílias beneficiadas na cidade de Porto Velho, aplicou-se um questionário para obtenção de dados a respeito do perfil socioeconômico da população amparada pelo programa no município. As entrevistas foram aplicadas a 385 famílias beneficiadas, em um período de cinco meses, realizando em média 75 entrevistas mensais pelos Bolsistas do Programa de Educação Tutorial – PET do curso de Economia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. O procedimento para escolha amostral foi feito da seguinte forma: no momento em que o beneficiário efetuava o cadastramento anual obrigatório na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, ele era entrevistado

pelos bolsistas do PET Economia. Neste sentido, foi utilizada uma amostra não-probabilística, mas com um número de amostras suficiente para representar a população da pesquisa. Sendo também utilizadas pesquisas bibliográficas para fortalecer o embasamento teórico da análise proposta.

## **2. BOLSA FAMÍLIA**

Criado pelo Governo Federal, o PBF surgiu após a unificação de antigos programas sociais, no qual visou facilitar o acesso das famílias pobres e extremamente pobres à uma renda mínima mensal, reduzindo a burocracia e a demora no recebimento do subsídio. Conforme a lei 10.863/ 04, o PBF tem por finalidade:

A unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, do Programa Auxílio-Gás, e do Cadastramento Único do Governo Federal.

O PBF surgiu com o objetivo de beneficiar pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza (MDS, 2011) por meio da transferência de recursos federais à população carente. A meta é diminuir o índice de pobreza do Brasil ao longo da atuação do programa, proporcionando aos beneficiários uma melhor qualidade de vida, que surge através de melhoras na alimentação, saúde, e aumento da renda. Conforme Decreto nº 5.209/2004 (BRASIL, 2011):

Art. 4º Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:

- I – Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial. De saúde, educação e assistência social;
- II - Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III – Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV – Combater a pobreza; e
- V – Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

De acordo com os dados da SEMAS (2011), no município de Porto Velho até dezembro de 2010 atendia-se aproximadamente 23 mil famílias, número este que continua aumentando para o ano de 2011. De acordo com pesquisa realizada, foram entrevistadas 385 famílias, percentual que corresponde uma amostra com 95% de confiança e 5% de erro padrão.

As famílias que têm direito ao benefício são aquelas com renda mensal entre R\$ 70,01 a R\$140,00 per capita, sendo estas classificadas como pobres. Com renda abaixo de R\$ 70,00 são consideradas extremamente pobres. O valor varia conforme a quantidade e idade dos filhos podendo os beneficiários receber o valor mínimo de R\$32,00 e o máximo de R\$ 242,00, de acordo com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, (2011) e demonstrado no quadro 1.

**Quadro 01 – Os benefícios financeiros concedidos às famílias do Programa Bolsa Família.**

<b>Perfil/ Tipo e Família</b>	<b>Benefício Básico</b>	<b>Benefício Variável (crianças e adolescentes de 0 a 15 anos)</b>	<b>Benefício Variável vinculado ao adolescente (BVJ) (adolescentes de 16 as 17 anos)</b>
<b>Família com renda por pessoa de até R\$ 70,00 por mês</b>	R\$ 70,00	R\$ 32,00 a R\$ 96,00 (Máximo de 3 benefícios variáveis por família).	R\$ 38,00 a R\$ 76,00 (máximo de 2 BVJ por família).
<b>Famílias com renda por pessoa de R\$ 70,01 até R\$ 140,00 por mês</b>	-	R\$ 32,00 a R\$ 96,00 (Máximo de 3 benefícios variáveis por família).	R\$ 38,00 a R\$ 76,00 (máximo de 2 BVJ por família).

Fonte: SEMAS - com atualização para os valores de 2011.

Em contrapartida, é necessário obedecer às condicionalidades estabelecidas pelo Programa Bolsa Família, que tem o intuito de melhorar a qualidade de vida dos bolsistas beneficiados.

Conforme o MDS, o acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família visam:

- Monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias, como determina a legislação do programa. (MDS, 2011)
- Responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis. (MDS, 2011)

- Identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias. (MDS, 2011).

### 3. QUALIDADE VIDA

O conceito de qualidade de vida é subjetivo, no entanto, geralmente ele é expresso como estado de bem estar social, físico e psicológico do ser humano. Segundo Campos Filho (2007, p.163).

[...] as dimensões que denotam relevante melhora da qualidade de vida: melhoramentos nas condições de moradia, oportunidades de lazer e de convivência familiar, investimentos no desenvolvimento pessoal e abertura de perspectivas de futuro, satisfação pessoal e autoestima.

A falta de condições econômicas evidencia a má qualidade de vida dos brasileiros, observados pela baixa qualidade nutricional, o não usufruto de uma vida saudável e também pela redução da expectativa de vida.

Buss (2000, p. 172) escala quatro dimensões necessárias para promover uma melhor qualidade de vida:

A dimensão social, que inclui a maneira pela quais normas, costumes e processos sociais afetam a saúde, alertando para as mudanças que estão ocorrendo nas relações sociais tradicionais e que podem ameaçar a saúde, como o crescente isolamento social e a perda de valores tradicionais e da herança cultural em muitas sociedades. 2) A dimensão política, que requer dos governos a garantia da participação democrática nos processos de decisão e a descentralização dos recursos e das responsabilidades. 3) A dimensão econômica, que requer o reescalonamento dos recursos para setores sociais, incluindo a saúde e o desenvolvimento sustentável. 4) A utilização da capacidade e conhecimento das mulheres em todos os setores, inclusive o político e o econômico.

Para promover políticas ativas nesse sentido, Buss (2000, p. 173) destaca que é necessário:

Promover a responsabilidade social, através de políticas públicas saudáveis e comprometimento do setor privado. 2) Aumentar os investimentos no desenvolvimento econômico, através do enfoque multissetorial, com investimentos em saúde, e também em educação, habitação e outros setores sociais. 3) Consolidar e expandir parcerias entre os diferentes setores e em todos os níveis de governo e da sociedade. 4) Aumentar a capacidade da comunidade e fortalecer os indivíduos, o que exige educação prática, capacitação para a liderança e acesso a recursos. 5) Definir cenários preferenciais para atuação (escolas, ambientes de trabalho etc.).

O IDH é, tradicionalmente, o índice que mede a qualidade de vida, pois desde 1993 tem sido utilizado pelo PNUD, através de relatórios do PIB per capita (renda), educação e longevidade.

Conforme a tabela 01 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil teve avanço nos anos de 1991 a 2000, este crescimento também foi observado em âmbito Estadual e Municipal. Lembrando que o IDH é medido de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior é o grau de desenvolvimento. Apesar desse crescimento observado, ainda existem muitas pessoas vivendo na pobreza e na extrema pobreza.

**Tabela 01 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.**

Município	IDHM 1991	IDH M 2000	IDHM - Renda, 1991	IDHM - Renda, 2000	IDHM- Longevidade , 1991	IDHM- Longevidade , 2000	IDHM- Educação , 1991	IDHM- Educação , 2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Rondônia	0,66	0,735	0,622	0,683	0,635	0,688	0,724	0,833
Porto Velho	0,71	0,763	0,692	0,728	0,633	0,664	0,806	0,898

Fonte: PNUD, 2011.

Outro fator imprescindível para análise da situação da população é o índice de Gini que afere a disparidade existente na distribuição de renda nas camadas sociais, onde valor 0 representa que não há desigualdade e o valor 1 representa desigualdade total. Segundo o PNUD o Índice de Gini do município de Porto Velho teve variação crescente de 0,05, entre os anos de 1991 a 2000, com valores de 0,57 e 0,62, respectivamente. Como o índice observado no ano de 2000 aproximou-se do valor 1, a concentração de renda apresentou maior desigualdade em Porto Velho antes da implementação do programa. Segundo Campos Filho (2007, p. 16) “a partir de 2001, houve uma gradativa redução da concentração de renda no Brasil. De 2001 a 2004, o Índice de Gini caiu de 0,593 para 0,569 (uma redução de cerca de 4%), apresentando, em 2005, o valor de 0,566.”, constatados após o Bolsa Família.

Logo, um dos principais objetivos a serem atingidos pelo PBF é reduzir estas disparidades assegurando condições mínimas de qualidade de vida, através do subsídio federal com vistas a atender a saúde, educação e assistência social.

As famílias beneficiadas necessitam passar por um acompanhamento no qual elas se comprometem, dentre outras obrigações, a cumprir o calendário de vacinação, manter as crianças devidamente matriculadas e frequentando regularmente a instituição de ensino, estabelecido o mínimo de 85 % de assiduidade nas aulas. Essas condições são assumidas no momento em que as famílias passam a integrar o PBF. Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) “ainda existe crianças fora de sala, apenas por ‘desinteresse’ de suas famílias”. Conforme o Decreto nº 5.209/2004 (Brasil, 2011):

Art. 27. Considera – se como condicionalidades do Programa Bolsa Família a participação efetiva das famílias no processo educacional e nos programas de saúde que promovam a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social.

A partir do momento em que as famílias se comprometem a manter a frequência escolar dos seus filhos, é possível chegar a mais alguns resultados, além da diminuição da evasão escolar e da mortalidade infantil, os pais são levados a participar ativamente do processo educacional e da saúde de seus filhos, gerando uma maior integração e acompanhamento familiar, aumentando a base da educação primária.

Dentre as contribuições esperadas do PBF para uma melhor qualidade de vida está a potencialidade em auferir renda ajudando as famílias a se distanciarem da margem de extrema pobreza. Na pesquisa de campo realizada na cidade de Porto Velho foi feito o levantamento do grau de satisfação dos beneficiários com o programa.

#### **4. ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Através do questionário aplicado aos beneficiários no município de Porto Velho, procurou-se avaliar o grau de qualidade de vida que os mesmos passaram a ter após a implantação do programa, a partir da análise dos dados é possível estimar que no longo prazo essas famílias passarão a viver em melhores condições, principalmente as famílias extremamente pobres. Já para as famílias pobres, o programa não vem atuando de maneira igualmente satisfatória. Apesar de ajudar a melhorar bastante a qualidade de vida desta parcela de beneficiários, o Bolsa Família não tem conseguido fazer com que estas pessoas melhorem suas vidas na mesma quantidade e proporção que tem feito com os extremamente pobres. Desta forma, muitos dos beneficiários que eram classificados como extremamente pobres, passam a ser considerados pobres, enquanto os alguns pobres permanecem na situação econômica de pobreza.

Através da transferência de renda à famílias com baixo poder aquisitivo, o Brasil vem diminuindo a quantidade de extremamente pobres. De acordo com pesquisa do MDS, a parcela da população em situação de extrema pobreza baixou de 12%, em 2003, para 4,8 % em 2008 (*apud* G1, 2010).

Segundo as informações apresentadas na reunião da Cúpula de Revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, o Bolsa Família vem ajudando o Brasil a cumprir suas metas no ODM:

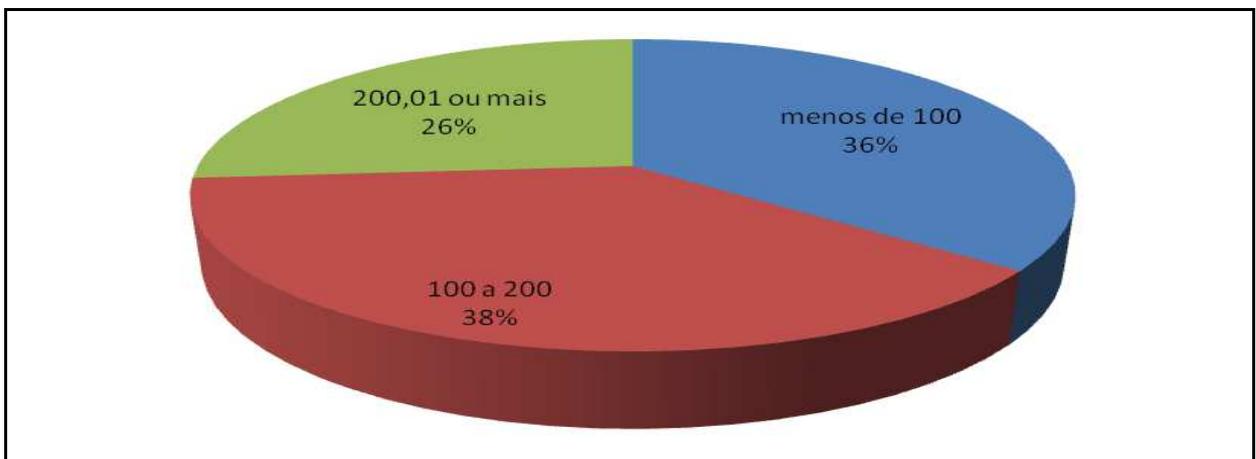
A desigualdade no Brasil está tendo uma queda que nunca se viu, quanto à mortalidade infantil e à desnutrição, por exemplo: a média de permanência das crianças na escola está aumentando, assim com o emprego, o acesso à energia e saneamento (MDS, 2010, p.23).

A princípio, a análise dos dados revela que as maiorias das famílias que recebem o subsídio apresentam melhorias na condição de vida. Nota-se inicialmente o aumento de renda das populações carentes, gerando novas possibilidades de obter itens que antes não eram possíveis.

Conforme Neri, (2010, p. 05) “a desigualdade de renda no Brasil vem caindo desde 2001”, para os mais pobres a “renda per capita cresceu a taxa de 6,79 por ano” (NERI, 2010, p. 05). A figura 1 demonstra a distribuição de renda antes do incremento da bolsa família.

O aumento da renda da população pobre, a partir do PBF, fez com o que Brasil reduzisse sua taxa de desigualdade, atingindo seu menor nível desde 1960 (NERI, 2010).

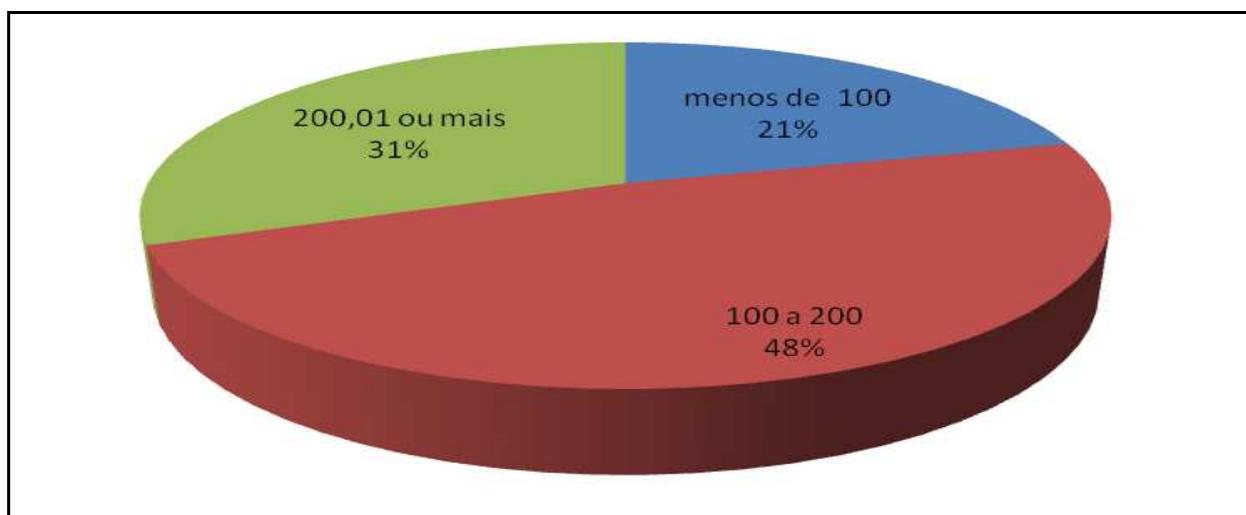
**Figura 1: Renda antes do Bolsa Família em R\$**



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados dos Beneficiários.

O aumento na renda resulta em melhorias não só no nível econômico das famílias como também proporciona a utilização de produtos de primeira necessidade, suprimindo não somente as necessidades de alimentação, mas também aumentando os gastos com educação, saúde e lazer, gerando uma população com mais condições de obter uma vida saudável, aumentando o índice de bem estar social das famílias. A figura 2, por sua vez, mostra a renda das famílias que recebem o bolsa família.

**Figura 2: Renda com o Bolsa Família.**



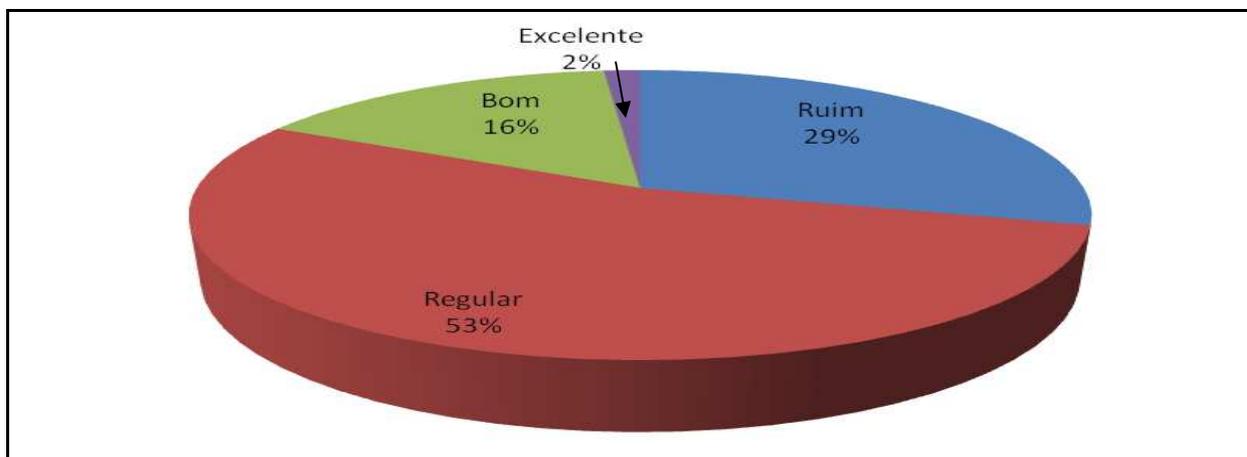
Fonte: Elaboração Própria a partir de dados dos Beneficiários.

Observa-se que após o PBF, as famílias na faixa de extrema pobreza aumentaram sua renda significativamente, passando a ser classificados como pobres, o que contribui para melhorar a qualidade de vida em alguns aspectos.

A parcela de famílias que possuíam renda per capita inferior a R\$ 100,00 baixou de 36% para 21%, reduzindo o percentual de extremamente pobres existente em Porto Velho. Em contrapartida, a faixa de famílias pobres, com renda per capita entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 variou de 38% para 48%, revelando que o programa tem surtido efeito com a população extremamente pobre, enquanto a parcela de pobre não variou, sendo que os beneficiários que deixaram de ser pobres são correspondentes à apenas 31% após o recebimento do benefício, variando apenas 5%, já que antes do programa, esta parte correspondia a 26%. Significando que os extremamente pobres estão passando a ser pobres e os pobres continuam na qualidade de pobres, sendo poucos os que saem desta classificação.

Quando perguntados sobre a sua qualidade de vida, os beneficiários expõem sua opinião conforme demonstra a figura 3.

**Figura 3: Qualidade de Vida antes do Bolsa Família.**

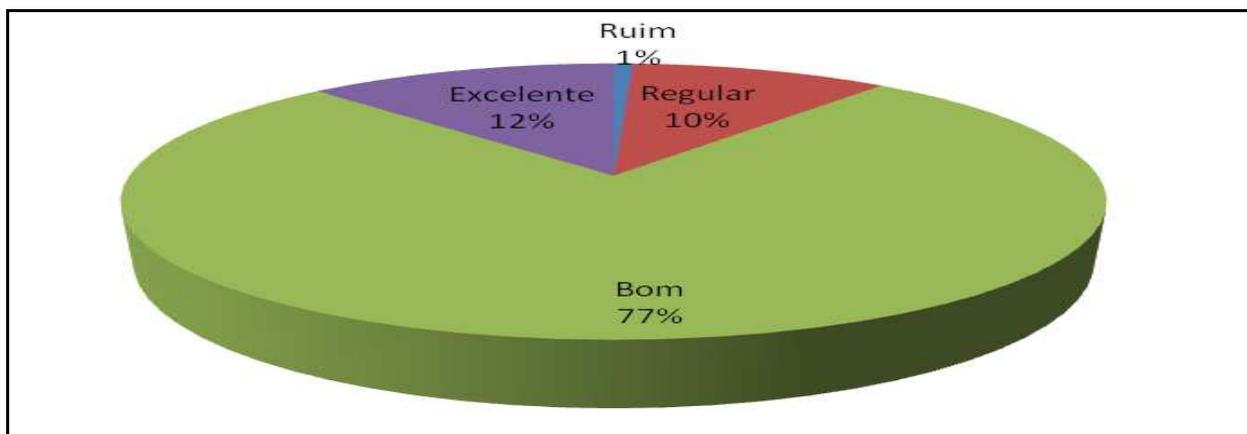


Fonte: Elaboração Própria a partir de dados dos Beneficiários.

Conforme os beneficiários, antes de receber o PBF a grande maioria se classificava com uma qualidade de vida regular (53%), sendo os que se consideravam com uma qualidade boa somavam apenas 16%.

Após o benefício, este índice sofreu uma mudança significativamente positiva. Conforme a figura 4, o índice de pessoas que classificam sua vida com uma boa qualidade cresceu para 77%, diminuindo para 10% aqueles que se consideravam com uma qualidade regular.

**Figura 4: Qualidade de Vida depois do Bolsa Família.**



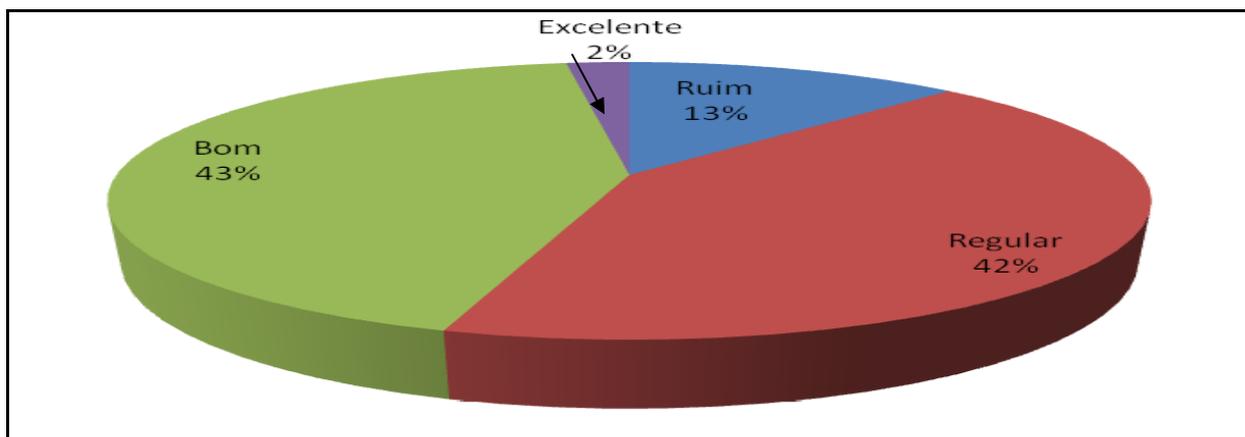
Fonte: Elaboração Própria a partir de dados dos Beneficiários.

É notável o percentual de famílias que se consideravam com uma qualidade de vida ruim. Estas, antes do Programa, eram formadas por 29% dos entrevistados. Após o início do

benefício, o índice de famílias que ainda se auto avaliam com uma qualidade ruim baixou para 1%.

Outra forma de mensurar a qualidade de vida dos beneficiários é através da qualidade do atendimento à saúde das famílias de forma geral, seguindo todas as dimensões do atendimento médico, acesso a medicamentos, controle de vacinação infantil, cuidado com saúde da mulher e entre outros. A figura 5 mostra esta análise.

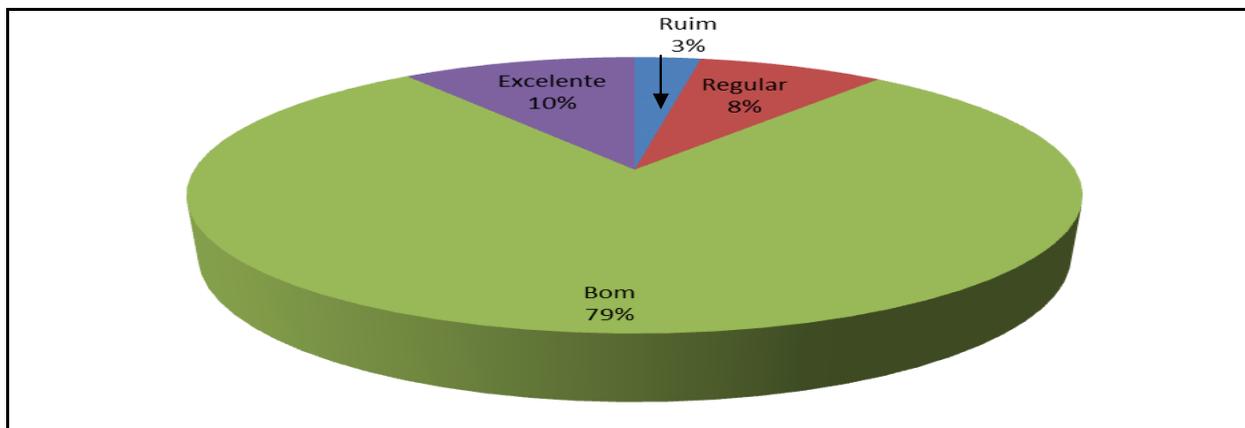
**Figura 5: Qualidade na Saúde das Famílias antes do Bolsa Família**



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados dos Beneficiários.

Em geral, a maioria dos beneficiários, antes do Programa, não tinha tanta preocupação com a qualidade de saúde da família. Ficando parcialmente dividido entre os que consideram os cuidados com a saúde de forma boa, representando 43% dos beneficiários e os que consideram regular, representada por uma fatia de 42% dos entrevistados. A figura 6 mostra como ficou este cenário depois da PBF.

**Figura 6: Qualidade na Saúde das Famílias depois do Bolsa Família**



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados dos Beneficiários.

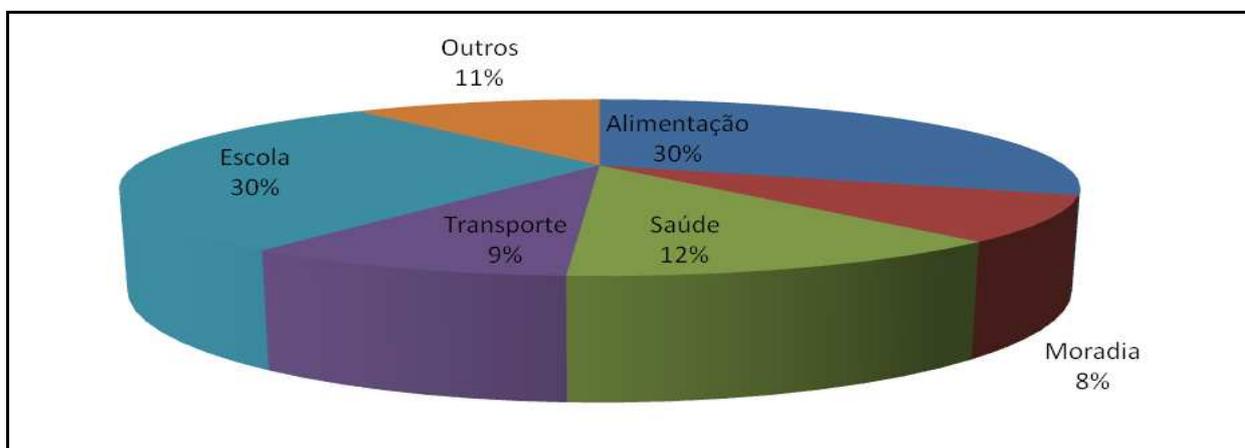
Como uma das principais condicionalidades do Programa é o cuidado com a saúde das crianças e da mulher, muitos dos beneficiários passaram a se preocupar mais com as visitas a médicos, aumentando para 79% o grau de pessoas que acompanham a saúde da família.

A condicionalidade das mulheres grávidas fazerem o pré-natal e comparecem às consultas de saúde, reforçam o resultado apresentado na figura 6. A pesquisa do MDS (2010) demonstra que com relação a dados estatísticos para todo o país entre 1990 e 2007, a porcentagem de grávidas que não haviam feito nenhuma consulta de pré-natal apresentou queda de 6,3% para 1,9%.

Outro quesito significativo, apontado pelos entrevistados, é que, com o aumento da renda familiar, o acesso a remédios tornou-se mais fácil, já que ao possuir um acréscimo no orçamento doméstico tem-se a oportunidade de empregar o subsídio em gastos com medicamentos, estando garantidos primeiramente os produtos necessários à alimentação e de uso escolar.

Pela figura 7 é possível visualizar que as famílias que recebem o auxílio federal priorizam o gasto do subsídio em despesa alimentação, escola, saúde e outros.

**Figura 7: Utilização da renda dos beneficiários do Bolsa Família**



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados dos Beneficiários.

Em geral, a maior parte do subsídio é empregada em despesas com alimentação (30%) e com gastos com materiais para escola (30%). Uma boa qualidade alimentar facilita o maior entendimento e concentração escolar das crianças, visando uma melhor qualidade para o futuro, já que pessoas mais capacitadas pelas escolas adquirem uma nova perspectiva.

Na pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase (2008) os beneficiários apresentavam a seguinte distribuição sobre o uso dos recursos:

De acordo com os (as) titulares, o dinheiro do PBF é gasto principalmente com (a partir de múltipla escolha, com opção de até três respostas): 1 - Alimentação – 87%; 2 - Material escolar – 46%; 3 - Vestuário – 37%; 4 - Remédios – 22%; 5 – Gás – 10%; 6 – Luz – 6%; 7 – Tratamento médico – 2%; 8 – Água – 1%; 9 – Outras opções – menos que 1%.

A pesquisa do Instituto foi realizada com um número total de 5 mil beneficiários em 229 municípios, entretanto os resultados apresentados se aproximam dos dados levantados sobre o município de Porto Velho, demonstrando que a primeira preocupação dos entrevistados está voltada para alimentação e material escolar.

## **5. CONCLUSÃO**

O programa social criado pelo Governo Federal trouxe resultados positivos aos beneficiários e à economia brasileira. Até julho de 2011, no acumulado, foram injetados aproximadamente R\$ 11 bilhões no PBF. Essa dinâmica social busca a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais por meio da transferência direta de renda, destinando-se às famílias cuja renda seja inferior à R\$140,00 per capita.

É visível a dimensão socioeducativa implantada através das condicionalidades do PBF, tais como o interesse dos pais na educação e saúde de seus filhos, colaborando com a eliminação do analfabetismo e melhorando a expectativa de vida, além de originar aumento na renda dos beneficiários.

Haja vista que o IDH do país e do município está longe de parâmetros recomendáveis, é evidente a contribuição econômica e social que programas assistencialistas trazem as famílias beneficiadas, retirando-as da margem da pobreza e da extrema pobreza. Apesar das verbas escassas, existe a possibilidade de suprir as necessidades básicas, tais como a alimentação, tornando melhor o grau de distribuição de renda havendo redução do Índice de Gini.

Em Porto Velho, a redução da pobreza foi notada principalmente para as famílias que viviam na Extrema Pobreza, diminuindo o número percentual de pessoas que não conseguiam ao menos suprir necessidades básicas, como por exemplo, a ingestão de alimentos.

Observou-se que os itens com maior relevância nas compras para os beneficiários foram alimentação e materiais escolares, sendo consumido com maior predominância O maior

interesse das famílias em obter produtos alimentícios e escolares geram melhora no bem estar social.

Na pesquisa realizada com 385 famílias, foi avaliada a qualidade de vida a partir da renda, saúde e educação antes e depois do PBF. Nas três perspectivas foram observadas melhorias significativas, concluindo que o programa federal de transferência de renda está obtendo êxito em sua proposta, cumprindo seus objetivos assistenciais, combatendo a fome, emancipando a sustentabilidade das famílias que vivem na pobreza e extrema pobreza.

É por fim, importante frisar que apenas políticas assistencialistas não são suficientes para resolver o problema relacionado à questão de melhoria na distribuição de renda. São necessários juntamente com o auxílio, um acompanhamento, monitoramento e avaliação mais acurada sobre a efetividade do programa. Nesse sentido é possível promover políticas que auxiliem numa cidadania emancipadora (DEMO, 1997), que respeite as culturas e ao mesmo tempo seja uma ponte para novas perspectivas relativas à inserção social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.209/2004.** Disponível em: [www.bolsafamilia.datasus.gov.br/documentos\\_bfa/DecretoPBF.pdf](http://www.bolsafamilia.datasus.gov.br/documentos_bfa/DecretoPBF.pdf). Acesso em 19 de agosto de 2011.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2000, vol.5, n.1, pp. 163-177. ISSN 1413-8123.

CAMPOS FILHO, Antônio Claret. **Transferência de renda com condicionalidades: Uma Análise a partir da integração dos programas Bolsa Família e Vida Nova no Município de Nova Lima.** Tese de Doutorado em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

DEMO, P. **Conhecimento Moderno.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

G1. **Bolsa Família reduz a 4,8% parcela ‘extremamente pobre’.** 2010 Gazetaweb. Disponível em: [gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto\\_completo.php?c=206094](http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=206094). Acesso em 04 de fevereiro de 2012

IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 23 de junho de 2011.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas.** Documento síntese, Junho 2008.

MDS. **Bolsa Família.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 18 de agosto de 2011.

MDS. **Ministra Márcia Lopes apresenta na ONU resultados das Metas do Milênio.** Disponível em: [www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticia/2010/setembro/ministra-marcia-lopes-apresenta-na-onu-resultados-das-metas-do-milenio](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticia/2010/setembro/ministra-marcia-lopes-apresenta-na-onu-resultados-das-metas-do-milenio). Acessado em 04 de fevereiro de 2012.

NERI, Marcelo Côrtes. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres.** FVG: Rio de Janeiro, 2010.

PNUD. **Ranking do IDH-M dos municípios do Brasil.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>. Acesso em 29 de junho de 2011.

SEMAS. **Cadastro Único.** Porto Velho, 2011.